

Técnicos foram obrigados a virar a noite

BRASÍLIA – Foi uma correria para aprontar as medidas do pacote fiscal, anunciadas ontem às pressas pelo governo. Os ministros e técnicos da área econômica trabalharam virando noites e, mesmo assim, medidas estavam, ao final da tarde, ainda sendo definidas e preparadas. Um alto funcionário da Secretaria da Receita Federal não conseguia entender porque o órgão só foi acionado na sexta-feira, para preparar aumentos de impostos que gerassem receitas adicionais aos cofres da União em 1998. E, diante da solicitação tempestiva, os técnicos propuseram de tudo, menos o aumento de 10% no imposto de renda devido pelas pessoas físicas e que já será retido na fonte, a partir de janeiro, com essa elevação.

Taxar mais os assalariados e elevar a tributação do Imposto sobre Produtos In-

dustrializados (IPI) dos automóveis e bebidas, contudo, foram as medidas escolhidas pelo governo, que deixou de fora outras sugestões da receita, como aumentar a alíquota de 0,2% para 0,25% da Contribuição Provisória sobre Movimentação financeira (CPMF – o imposto sobre o cheque) e a elevação da alíquota do IR para as empresas e bancos. Esses últimos não recolhem quase nada de contribuições (Cofins, Pis), que incidem sobre o faturamento, porque questionaram e ganharam, na Justiça, a tributação sobre faturamento, que resulta de uma operação mercantil não própria de instituições financeiras.

Do pacote fiscal, constou apenas a intenção de enviar o projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, para tipificar melhor a incidência das contribuições sociais sobre a venda de serviços, para que os bancos passem, um dia, a pagar esses tributos.

Não aumentar a CPMF foi uma decisão facilmente explicável: mesmo arrecadando mais R\$ 1,8 bilhão com a elevação da alíquota, toda a receita iria para o Ministério da Saúde. Já o IR e o IPI, se metade da arrecadação adicional vai para os estados e mu-

nicipios, a outra metade fica com a União.

As negociações entre ministério da Fazenda e Planejamento, para definir a questão fiscal, também foram delicadas. A Fazenda pretendia anunciar uma meta de superávit primário das contas públicas para 1998, de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sem especificar e nos detalhes, como chegar a esse resultado. Já a Seplan insistiu que marcar uma meta poderia levar o governo a passar todo o ano de 1998 explicando porque não deu para cumprir, enquanto que detalhar os cortes e receitas, montando um resultado final de R\$ 20 bilhões de esforço fiscal, sem se comprometer com uma meta pré-estabelecida, traria mais impacto ao pacote e daria maior credibilidade.

O governo decidiu também limpar as gavetas de providências administrativas que deveriam ter sido tomadas há meses. Uma, óbvia, trata do fortalecimento da perícia médica do INSS para concessão de benefícios do auxílio-doença. Outra, que não precisava da crise asiática para ser feita, é a que retira da folha de pagamento dos inativos da União os aposentados não recadastados. (Cláudia Safatle)